FACULDADES INTEGRADAS REGIONAIS DE AVARÉ
Licenciatura em História

A Lei N° 5.692/71 e suas Implicações no Ensino de
Disciplinas da Área de Humanas

João Nicolau Nogueira Alves

AVARÉ – SP

2018

FACULDADES INTEGRADAS REGIONAIS DE AVARÉ
Licenciatura em História

**A Lei N° 5.692/71 e suas Implicações no Ensino de Disciplinas da
Área de Humanas**

João Nicolau Nogueira Alves

Profº MSc. Antônio José Santos

**Trabalho apresentado como exigência
parcial para obtenção do grau de
licenciado em História.**

AVARÉ – SP
2018

JOÃO NICOLAU NOGUEIRA ALVES

***A Lei N° 5.692/71 e suas Implicações no Ensino de Disciplinas da
Área de Humanas***

COMISSÃO ORGANIZADORA

Avaré, ____ de ____ de 2018

ALVES, João Nicolau Nogueira. **A Lei N° 5.692/71 e suas Implicações no Ensino de Disciplinas da Área de Humanas**. 27 f. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdades Integradas Regionais de Avaré, Avaré, 2018.

RESUMO

Desde a sua implantação como um regime governante no Brasil, através de um golpe civil e militar, a Ditadura brasileira buscou, das mais diversas formas possíveis, impedir todo e qualquer tipo de organização social ou popular que se opusesse aos seus ideais e objetivos. Com o sistema público de ensino não foi diferente, atingindo todas as esferas da educação brasileira, desde suas formas de financiamento, limitadas e direcionadas de acordo com os objetivos pragmáticos do regime, até o cotidiano das salas de aula, pelo cerceamento das disciplinas da área de humanas, passando, claro, pela administração das escolas, voltadas integralmente ao tecnicismo pregado pelas instituições norte-americanas. Submetida a um intenso controle e engessamento das suas ações, a educação brasileira sucumbiu perante a incapacidade de exercer uma de suas mais fundamentais prerrogativas, a de promover o desenvolvimento crítico e intelectual do aluno, proporcionando uma formação consciente e emancipatória, atendendo suas reais necessidades. Principal reflexo disso, o desenvolvimento de gerações de estudantes que tiveram negadas oportunidades de conscientização, tanto do ponto de vista social como político, gerando profundo abismo entre grupos e classes brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura; Educação; Humanas; Repressão.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	6
2 – A DITADURA E A ESCOLA.....	9
3 – A LEI 5692/71 E AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	14
4 - EDUCAÇÃO SEM CONSCIENTIZAÇÃO.....	20
5 - CONCLUSÃO.....	25
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

1 – Introdução

A consolidação de um regime democrático se dá a partir da legitimação constitucional, no caso de um governo republicano presidencialista, como no Brasil, pelo voto. Isso garante com que o presidente eleito, com apoio de todas as instituições e estruturas do Estado, através do controle do Executivo, possa implantar suas reformas e ações propostas, com a aprovação de Legislativo igualmente legitimado. O processo e trâmite democráticos estabelecem que com tal representatividade, os interesses públicos sejam respeitados nas ações do governo.

Da mesma forma, a consolidação de um regime de exceção, implantado através de um golpe de Estado, onde os principais direitos democráticos são suprimidos por um grupo organizado contra o governo constituído, caso da Ditadura Militar brasileira, implantada a partir do golpe de 1964, necessita de amplo aparato repressivo para se estabelecer e impor suas políticas. Sem legitimação, sua estruturação se dá com a força, se valendo do cerceamento das liberdades individuais e de pensamento em diversos campos: político, institucional e ideológico.

Foi sob essa perspectiva que pode ser analisado que, desde sua implantação em um golpe civil-militar, os grupos envolvidos na aliança que implantou o regime militar se esforçaram para, através de profundas reformas na Educação brasileira, em uma fase de desenvolvimento e expansão, sendo ainda pouco extensiva e inclusiva, impedir a prática nas escolas de um ensino crítico e de emancipação.

Da mesma maneira, essas reformas e mudanças em grande parte da estrutura e sistema educacional, desde regulamentação dos conteúdos ensinados até seu financiamento, buscar promover uma educação profissionalizante e com alunos alienados, favorecendo exclusivos grupos interessados, como industriais e empresas privadas de educação.

Segundo Paulo Freire:

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis, parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de se serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto... Nela, o educador “enche” os educandos com os conteúdos de sua narração... A palavra, nessas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em verbosidade alienada e alienante. (FREIRE, 1994, p 41).

Tal análise se faz com a perspectiva de que a educação pode ser compreendida como uma das principais formas de transformação social. Através dela, se pode incluir na sociedade temas que potencialmente tem a capacidade de oferecer novas interpretações para pensamentos, hábitos e costumes, promovendo a formação de novas formas de mentalidades, assim como a consolidação de ideologias e doutrinas a partir de uma construção intelectual feita pelo processo educacional. Romanelli diz que:

Um sistema cultura, deslocado de sua matriz para instalar-se alienadamente, apenas como produto, em meio a outras circunstâncias, gera formas de comportamento que se apresentam e se transmitem por meio de símbolos vazias de significado. (ROMANELLI, 2001, p 22)

Dessa forma, a educação e as metodologias de ensino podem facilmente ser transformadas em instrumentos para a promoção de mudanças na sociedade ou no grupo social em questão, na qual, o processo educacional é empregado. Sendo essas mudanças entendidas como propostas reformistas, o processo educacional se torna ferramenta dessa mudança na perspectiva de ação criadora de uma formação social em seu caráter moral, ético, cultural e, conseqüentemente, político e ideológico.

Tais transformações se deram a partir de uma série de reformas educacionais impostas durante o Regime Militar, que promoveram novas formas de relação entre o poder público e as instituições escolares. Sendo a principal delas a Lei de N° 5.692, de 1971, que tratou de significativas mudanças em todas as esferas do processo educacional, em todas as etapas de ensino e em toda a regulamentação de ensino e aprendizagem, atuação e capacitação profissional e formas de financiamento e gestão.

Para tanto, as aplicações das medidas deveriam obrigatoriamente seguir as orientações do próprio regime, em contexto de crescente autoritarismo, como aponta Ghiraldelli,

Tais objetivos diziam respeito à necessidade de proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (GHIRALDELLI, 2001, p 116)

Com as mudanças aplicadas na educação a partir de tal lei, o processo de ensino no país foi convertido a promover, sobretudo, a profissionalização rápida e eficiente das novas gerações, na medida em que impedia uma formação crítica,

inclusiva e emancipacionista, atendendo assim aos interesses do Regime, da forma como apresenta Romanelli:

[...] que o fortalecimento do poder central implica o controle político por parte de representantes das esferas mais altas, as quais por isso mesmo tem as condições de traças diretrizes ou criar estruturas globais. Nestas, evidentemente, preponderam quase sempre os interesses e valores dos grupos dominantes. (ROMANELLI, 2001, p 30)

Dessa maneira, o Regime Militar utilizou a educação para impedir formas de aprendizagem que promovessem a conscientização dos alunos, adotando medidas para impedir, cercear e inviabilizar a complementação do processo de ensino dentro de uma perspectiva inclusiva e emancipatória.

De todas as maneiras, teóricas e práticas, o regime buscou alienar não só a formação educacional e a aprendizagem, mas todos os atores envolvidos no processo de ensino. A Lei de N° 5.692, de 1971, que tratou de significativas mudanças em todas as esferas do processo educacional, em todas as etapas de ensino e em toda a regulamentação de ensino e aprendizagem, atuação e capacitação profissional e formas de financiamento e gestão se deu como a principal ferramenta dessa reforma.

Algumas das conseqüências disso foram: a fragmentação do trabalho escolar, o isolamento dos pesquisadores, a despolitização dos alunos e a impossibilidade de organização estudantil a partir do núcleo básico.

2 – A ditadura e a escola

Em um contexto de Guerra Fria, o Golpe de 1964, orientado por grupos da elite nacional aliados ao capital estrangeiro, conduziu militares ao poder com diversos interesses que giravam em um mesmo eixo central: a reafirmação do país no bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos. Senso assim, a implantação de uma série de reformas institucionais e sociais teve espaço, sempre visando fortalecer as propostas antidemocráticas do Regime (FURLAN, 2012).

Tais objetivos tinham como propósito o fortalecimento do poder central e o cerceamento de liberdades e direitos civis, políticos e sociais, como: cassação de direitos políticos de opositores, repressão aos movimentos sociais e manifestações de oposição, censura aos meios de comunicação e artísticos, conversão das ações do governo em prol dos interesses políticos e econômicos da Ditadura. Devido à sua capacidade de formação e engajamento da sociedade, a educação não ficou fora desse contexto.

Conforme apresenta Romanelli:

[...] uma vez que esse conteúdo sirva apenas a mera ilustração, como só ocorrer nas sociedades tradicionalistas e aristocráticas, cujas bases estão implantadas na hipertrofia do poder local, ele ajuda a definir um papel também político para a escola: esta deve concorrer para somente as camadas dominantes, as únicas em condições de consumir o referido conteúdo, mantenham a sua condição dominante pela natural distância entre essas camadas e os demais estratos sociais. (ROMANELLI, 2001, p 29)

Dentro da proposta educacional adotada, são inseridos tanto o roteiro de ensino apresentado aos alunos como as doutrinas éticas e filosóficas incluídas nas capacidades e habilidades a serem desenvolvidas nesse processo, assim como as orientações ideológicas que compõem o material utilizado, regulamentação para formação e atuação dos profissionais da área, funcionamento dos estabelecimentos escolares e formas de financiamento da estrutura educacional. Assim, todo o processo educacional não só tende como passa a ser utilizado com o objetivo de apresentar aos alunos a ideologia política e moral e toda a base teórica da construção social e desenvolvimento da cidadania na sociedade ou grupo em questão.

Ao contrário do processo de desenvolvimento educacional *em vigência* no país, quando entre os anos 1950 e 1960 houve um intenso debate sobre a educação

brasileira, com o engajamento de muitos intelectuais e movimentos sociais, que formularam propostas para a organização de um sistema nacional de ensino mais democrático e popular, que superasse as desigualdades socioculturais, formasse cidadãos consciente de seus direitos e preparados para desafios econômicos, as políticas repressivas do Regime atingiram as escolas e os profissionais da área, com as sucessivas reformas que tornavam a educação uma ferramenta de alienação cultural e simples formação profissional técnica (ROMANELLI, 2001).

Para Ghiraldelli (2001) todo o aparato repressivo, montado pelos integrantes do pacto político autoritário que comandou o país na época, passou também a servir para colaborar com a centralização das decisões nas diversas áreas ministeriais, em especial na educação, e complementa dizendo que:

A consequência disso foi a inevitável fragmentação do trabalho escolar, o isolamento dos pesquisadores e, ainda, a dispersão dos alunos pelo sistema de créditos provocando a despolitização e a impossibilidade de organização estudantil a partir do núcleo básico. (GHIRALDELLI, 2001 p 112).

Tudo isso, deve ser analisado a partir da perspectiva de que a educação é tomada tanto por grupos sociais e econômicos, como nos casos das escolas ou instituições privadas em que o objetivo principal é o lucro e a sobreposição aos concorrentes, quanto do próprio Estado, no caso da Educação pública. Nesse último caso, o Estado tem a capacidade de propor a sociedade uma meta de construção educacional, com seus objetivos e metas sendo adotadas, trabalhados, analisados e discutidos – caso o interesse do Estado seja esse – ou o seu contrário, com a responsabilidade de formar a base intelectual da sociedade, atendendo os interesses de quem controla o Estado.

Segundo Romanelli:

Uma coisa, porém, é certa: nenhuma lei é capaz, por si só, de operar transformações profundas, por mais avançada que seja, nem tampouco retardar, o ritmo do progresso de uma sociedade... Em primeiro lugar, a eficácia de uma lei está subordinada à sua situação no corpo geral das reformas por acaso levadas a efeito, paralelamente a outros setores da vida social, e, o que é mais importante, sua eficácia decorre de sua integração e de suas relações com todo esse corpo. (ROMANELLI, 2001, p 179)

O mesmo autor ainda completa, apontando a necessidade de, para a aplicação dessas reformas, haver uma ampla estruturação dos contingentes humanos e institucionais alinhados aos objetivos do Regime, e diz que em segundo lugar, a aplicação de uma lei depende das condições de infra-estrutura existentes.

Em terceiro lugar está a adequação dos objetivos e do conteúdo da lei às necessidades reais do contexto social a que se destina, (ROMANELLI, 2001, p 179).

Esse processo é, sem dúvida, intencional e acompanhado em todo seu desenvolvimento, porém, não deve ser confundido com, necessariamente, manipulador e aparelhado em sua aplicação. Dentro de todo processo educacional podem ser várias as formas de garantir ou limitar que a formação seja autoritária ou regressiva, de qualquer forma que contrarie os interesses dos próprios profissionais e grupos envolvidos com o setor, mas também toda essa liberdade e autonomia das escolas podem ser negadas, como no caso brasileiro.

As disciplinas adotadas na grade curricular, os conteúdos incluídos no plano de ensino e a forma como tudo isso é trabalhado em sala de aula, na prática, podem ser consideradas os principais fatores que influenciam na construção ética e intelectual, dentro do processo citado, dos alunos e na sociedade. Por isso, são exatamente os fatores que são diretamente adaptados e controlados em momentos em que o objetivo é promover uma educação com caráter crítico limitado.

Como aponta Romanelli:

[...] assim como é impossível uma qualificação real para o trabalho, numa sociedade que não o promova, nem o dignifique, assim também é impossível uma formação que leve ao exercício consciente da cidadania, num meio social onde não impere a forma de vida democrática. Nesse sentido, ainda que haja remota possibilidade de uma preparação feita pela escola, esta corre o risco de cair no vazio e tornar-se uma fórmula oca de fazer os educandos memorizarem regras de convivência social. (ROMANELLI, 2001, p 237)

Dada essa perspectiva, o governo militar adotou medidas que tiveram como principal resultado a exclusão do ensino elementar de boa qualidade à parcela mais pobre da sociedade, contrariando ao que era proposto pelas políticas adotadas pelos governos democráticos em relação à Educação no Brasil. Nesse período, uma série de ações foram adotadas para solapar a educação e impedir mudanças sociais, houve a privatização do ensino, além da implantação de uma nova legislação, com as características do pacto político autoritário vigente no controle do regime (ROMANELLI, 2001).

Ao contrário de sua antecessora – a Lei n.º 4024/61 que tinha sido antecedida por um amplo debate na sociedade civil – as reformas propostas nas Leis n.º 5540/68, que visava, sobretudo, reformulações no ensino superior, e 5692/71, que tinha maior impacto justamente na educação básica, são impostas de forma

autoritária pelos militares e tecnocratas que assumiram o poder após o golpe de Estado. Estas leis imprimiram à educação uma forte tendência tecnicista e visava atrelar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico dependente que era imposto ao país pela ditadura militar.

Para Romanelli, além disso, também tinha por objetivo a segregação social, impedindo o desenvolvimento das camadas mais baixas através da escola e universidade,

[...] o grupo partia do pressuposto que a universidade continuava sendo fator de mobilidade social... A profissionalização do nível médio, portanto, era vista como uma exigência que teria como resultado selecionar apenas os mais capazes, (...) dar ocupação aos menos capazes e, ao mesmo tempo, conter a demanda da educação. (ROMANELLI, 2001, p 235)

Na prática, com o golpe, várias reformas sobre educação foram realizadas, mas elas não revogaram de fato a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, e sim, efetuaram atualizações e alterações diversas, como meio de atingir o planejamento e organização do trabalho pedagógico, a operacionalização dos objetivos, o parcelamento do trabalho com a especialização das funções e a burocratização que visavam melhorar a eficiência e a produtividade do ensino. Da mesma forma, perseguiu, sistemática e violentamente, os educadores cujo pensamento e ação julgava subversivos e contrários aos alegados interesses nacionais.

Tais interesses tinham como eixo central, basicamente três aspectos sociais tidos como de interesse especial e contemplados como de preocupação principal do Regime em controlar a formação de novas gerações de brasileiros: desenvolvimento, segurança e comunidade. No primeiro caso, visava à formação de profissionais que atendessem às necessidades urgentes do país quanto à mão-de-obra barata, alienada e especializada para um mercado em expansão, caso em que o projeto de desenvolvimentismo dos militares se encaixa.

Em relação ao processo de educação adotado até então no país, Romanelli interpretou tais mudanças como intencionais e interessantes às elites econômicas, relacionando com a realidade social brasileira.

Essa expansão, num país dependente, como o Brasil, exigiria um aumento no nível geral da escolaridade do trabalhador, mas, por sua vez, esse aumento teria de ser concedido, de forma compatível com a posição periférica de nossa economia: a industrialização crescente exige uma base de educação fundamental e algum treinamento, o suficiente para o indivíduo ser introduzido na manipulação de técnicas de produção e aumentar sua produtividade, sem, contudo, ter sobre o processo nenhum controle, nem

mesmo qualquer possibilidade de exigências salariais que um nível mais elevado de escolarização e qualificação acabaria por suscitar. (ROMANELLI, 2001, p 234)

De acordo com a compreensão dos interesses do próprio Regime em promover uma educação de perfil alienante, onde o aluno não tem acesso a uma formação intelectual crítica, também se compreende a defesa dos interesses das elites aliadas ao governo militar. Era interessante para os meios empresariais que tivéssemos a mão de obra com alguma educação e treinamento, bastante produtiva e, ao mesmo tempo, barata. (ROMANELLI, 2001)

Também, na questão da segurança, buscava a formação do cidadão tendo como base o desenvolvimento de uma consciência de patriotismo e empenho à nação, sem qualquer preocupação em formação crítica e racional, através da introdução de disciplinas que tratavam do civismo e sobre os considerados "reais" problemas brasileiros. Eram essas disciplinas: Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e estudos de Problemas Brasileiros, que em momentos e situação gradativas e distintas substituíram a grade de matérias como História e Filosofia, principalmente.

Essas disciplinas passam a ser alteradas a partir do momento em que se conceituam como promotoras de um conhecimento participativo e crítico, que promova a emancipação dos alunos, com o objetivo de formar cidadãos críticos, sujeitos de suas ações e direitos e construtores de suas próprias histórias. Indesejadas no momento em que o papel das disciplinas trabalhadas em sala de aula deveriam ser dimensionadas de acordo com o objetivos adotado pelas instituições mantenedoras do processo educativo.

De acordo com Ghiraldelli, o Regime procurou demonstrar a necessidade de submeter as diretrizes da escola ao mercado de trabalho como forma de suprimir o que o ministro Roberto Campos classificou de "toda a agitação estudantil", segundo o qual ocorria

[...] devida a um ensino desvinculado do mercado de trabalho, um ensino baseado em generalidades e, segundo suas próprias palavras, um ensino que, não exigindo praticamente trabalhos de laboratório deixava vácuos de lazer, que estariam sendo preenchidos com aventuras políticas. (GHIRALDELLI, 2001, p105)

Por fim, e não menos relacionado com os interesses econômicos e sociais do Regime e o contexto do cenário político nacional e internacional da época, outros

objetivos visavam estabelecer a relação entre escola e a sociedade, através da criação de conselhos, que envolviam além da participação de profissionais e familiares envolvidos, também de empresários, que transmitiam diretamente a base de organização escolar seus interesses.

No plano prático, da mesma forma como no campo político, a ditadura perseguiu nomes que considerava ideologicamente indesejáveis, interrompendo programas relacionados a esses profissionais da educação, como as experiências de alfabetização de adultos de Paulo Freire, coordenador do Programa Nacional de Alfabetização. Após o ano do golpe, o caráter do programa foi considerado próximo de idéias subversivas, como a substituição das cartilhas e livros-texto por um trabalho pedagógico com "palavras geradoras", valorizando, sobretudo, a linguagem dos grupos locais e fortalecendo o diálogo e troca de experiências de vida dos professores, estudantes e familiares (FURLAN, 2012)

Possível compreender que, tendo em vistas o perfil do regime, o programa incomodava por buscar a emancipação de tais grupos, tendo como objetivo final a apropriação crítica das suas reais condições de vida, e como base a ideia de que o conhecimento e a aprendizagem são emancipadores.

3- A Lei 5692/71 e as mudanças na Educação brasileira

A política da educação durante a vigência da ditadura militar brasileira implantou uma legislação que, com foi apresentado, visava atender os interesses do Regime e de seus grupos de apoio, tendo assim as mesmas características do pacto político autoritário que tomou o poder. Instituiu-se assim a Lei 5.692/71, cuja proposta mais marcante foi a tentativa de promover um processo educacional de cunho profissionalizante, procurando fazer com que a escola contribuísse, diretamente a partir de seu funcionamento, para o aumento da produção brasileira.

Dentro da sua condição de país de "terceiro mundo", o próprio contexto político e econômico do país influenciou para a consolidação de uma educação aparelhada aos interesses dos grupos no poder.

Em se tratando de sociedades colonizadas ou recém-saídas do colonialismo, a ajuda internacional tem sido instrumento eficiente de fornecimento e preparo de mão de obra ou de recursos humanos de vários níveis de qualificação, culturalmente adaptados aos objetivos da

consolidação de dependência, mesmo após a emergência das sociedades nacionais. (ROMANELLI, 2001, p. 200)

Ao contrário do que buscaram demonstrar, as políticas educacionais adotadas durante a década de 1970 não tiveram como uma de suas prioridades a promoção de educação que visasse o capital humano. Ao invés disso, aparelhou a educação e distorceu os objetivos de aprendizagem que buscavam emancipar o aluno para desempenhar o papel de cidadão ativo na sociedade em que está inserido, também sem oferecer as competências necessárias para transformar sua realidade. Como principal seqüela disso, a incapacidade do sistema educacional de propiciar educação de qualidade para todos, deixando a cargo de instituições particulares voltadas a lógica do mercado o oferecimento de uma educação de qualidade apenas para a elite (ROMANELLI, 2001).

Na prática, a Lei foi publicada em 11 de agosto de 1971, durante o regime militar pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, possuindo oitenta e oito artigos. Entre seus principais pontos de transformação, se destaca já no artigo 1º o objetivo claro de "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania", conforme é apresentado na própria redação da lei.

Outra importante medida foi a configuração da grade curricular, que, como já apresentado, valorizava sobretudo a formação técnica visando a capacitação dos alunos como profissionais para o mercado de trabalho:

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

Além disso, relegava ao estruturado e aparelhado Conselho Federal de Educação grande importância na produção e escolha das disciplinas e conteúdos a serem ministrados em sala de aula, conforme aponta no seu primeiro item do primeiro parágrafo: "O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude". (CFE, 1971)

Com isso, tanto o curso primário como o ciclo ginásial foram ampliados a oito anos de obrigatoriedade, tendo em sua grade disciplinas de núcleo comum, obrigatórias, e uma parte diversificada, com o objetivo de poder atender as

necessidades específicas de cada local. Então nomeado como 1º grau, era freqüentado por alunos da faixa etária de sete a catorze anos, tendo como núcleo comum "comunicação e expressão, estudos sociais e ciências", sendo a divisão entre tais disciplinas extinta.

Dessa maneira, a pedagogia passou a ser voltada mais para capacidades técnicas do que em propósitos com fins abertos, fora do controle das instituições do Estado, promovendo assim, a ausência de uma educação de qualidade e consciente.

Estendendo o ensino aos que não haviam estudado, ou que a faixa etária havia ultrapassado os catorze anos, foi criado o Mobral, programa de alfabetização de adultos, no ano de 1967, mas executado a partir da década de 1970, tendo como objetivo principal erradicar o analfabetismo em adultos. O programa teve como bases alguns métodos desenvolvidos pelo próprio Paulo Freire, porém, aplicados de maneira distorcida, visto que eram contra a lei vigente, e fracassado por não promover a inserção na sociedade, e sim, a preparação para uma função na sociedade (ROMANELLI, 2001)

Sendo assim, a Lei 5.692/71 visava à profissionalização do então ensino secundário, na tentativa de unificar o antigo ensino primário e médio, eliminando as diferenças entre os ramos secundário, agrícola, industrial, comercial e normal. Da mesma forma, o currículo foi regulamentado em uma parte de educação geral e uma outra parte de educação especial, o que buscava como resultado a limitação do desenvolvimento de ideologias e formas de pensar autônomas e subjetivas do alunos, promovendo um cerceamento na capacidade e na sua formação crítica.

Como aponta o próprio texto da lei, se tornou obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus,

"...o currículo pleno do ensino de 1º e 2º graus passa a ser composta de uma parte de educação geral e outra de formação especial. A educação geral deve fornecer uma base comum de conhecimentos e será dominante no ensino de 1º grau. (Romanelli, 1994, p.240),

Justamente o momento de formação das capacidades críticas e da consciência cidadã e política do aluno.

Isso se vê pelo fato de algumas disciplinas terem sido retiradas ou suprimidas do currículo escolar por "falta de espaço" na grade, caso Filosofia, História e Geografia, muitas vezes aglutinadas em formas genéricas, como estudos sociais ou

educação moral e cívica. Senso assim, o esvaziamento do conteúdo educacional das escolas secundárias, levou a níveis extremamente altos de ineficiência, o ensino de segundo grau, que nem formava, nem garantia acesso à universidade, e nem profissionalizava.

A reforma do ensino reestruturou o ensino de então ampliando a obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos aglutinando o antigo primário com o curso ginásial, suprimindo os exames de admissão para o curso ginásial (que eram seletivos). Foram estabelecidos o princípio da continuidade, onde era assegurada a passagem de uma série para outra, desde o primeiro (antigos primário e ginásios juntos) até o segundo grau (antigos clássicos, científicos e técnico), e o princípio da terminalidade, visando que o aluno, ao terminar cada um dos níveis de ensino, estivesse capacitado para ingressar no mercado de trabalho.

Foi o período mais cruel da ditadura militar, onde, segundo Ghiraldelli, as tentativas de implantação da nova LDB se deram justamente nos anos de maior repressão do regime ditatorial e, além disso, no período de euforia das classes média com o chamado "milagre econômico". Segundo ele, a formação educacional profissionalizante contribuiria para o aumento da produção brasileira – formação para o mercado de trabalho – tendo ênfase na racionalidade, eficiência e produtividade. (GHIRALDELLI 2001, p.106)

Isso fez com que a educação no Brasil passasse a ter uma concepção de empresa. Portanto, também para Ghiraldelli, a Lei 5692/71 não significou uma ruptura completa com a Lei anterior, 4024/61, e sim incorporou os objetivos gerais do ensino de 1.º e 2.º expostos nos fins da educação dessa legislação. Entretanto, algumas diferenças marcantes entre as duas leis podem ser consideradas, visto que a Lei 40024/61 refletiu princípios liberais vivos na democracia dos anos 1950, enquanto a Lei 5691/71 refletiu os princípios da ditadura, verificados nas determinações da racionalização do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no 2.º grau.

No período, em especial as décadas de 1950 e 1960, foram marcados por intensos debates sobre a educação brasileira e sua necessidade de avanços, assim como pela relevante participação de intelectuais e educadores em apresentar propostas para esse fim. Com a forte participação de movimentos sociais, as diretrizes visavam a organização de um sistema nacional de ensino mais democrático e popular, que superasse as desigualdades socioculturais.

À época, com uma sociedade marcada pelo alto índice de analfabetismo e pela polarização política que antecedeu ao golpe, o Brasil experimentava a

ascensão de intelectuais que desenvolviam projetos educacionais humanistas e inovadores, que sofreram diretamente os impactos da repressão. Perseguidos sistemática e violentamente, vários educadores de grande influência, como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Paulo Freire, todos eles muito envolvidos com a política educacional, foram considerados subversivos e contrários aos "interesses nacionais".

Ministro do governo Jango nas pastas de educação e cultura (1962 e 1963) e da casa civil (1963 até o golpe), o antropólogo e educador Darcy Ribeiro era defensor da implantação de um sistema de ensino laico, público e gratuito. Por esses motivos, foi um dos primeiros alvos do golpe, tendo seus direitos políticos cassados pelo AI-1. Anísio Teixeira, então reitor da Universidade de Brasília, foi destituído de todos os seus cargos e também teve os seus direitos políticos cassados. Ambos foram idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), inaugurada em 1960, com a expectativa de articular ensino, pesquisa e extensão e democratizar a política universitária. (FURLAN, 2012)

Com o golpe, Ribeiro exilou-se em Montevideu com o presidente deposto e, posteriormente, retornou ao Rio de Janeiro onde foi preso por "infringir a Lei de Segurança Nacional". Teixeira foi encontrado morto no fosso de um elevador em março de 1971. (FURLAN, 2012)

A ditadura interrompeu também as experiências de alfabetização de adultos de Paulo Freire, então coordenador do Programa Nacional de Alfabetização, cujas principais inovações eram a substituição das cartilhas por um trabalho pedagógico com "palavras geradoras", extraídas da linguagem corrente dos grupos locais e com a ênfase na relação dialógica com as experiências de vida dos professores, estudantes e familiares.

Sua proposta de Educação Popular se baseava na ideia de que o conhecimento era emancipador. A educação do povo abriria caminhos para luta social contra as desigualdades culturais e econômicas, pois os pobres libertariam suas capacidades políticas mais criativas através do conhecimento, ou seja, o oposto dos ideais e interesses do Regime. Assim Paulo Freire exilou-se sucessivamente na Bolívia, Chile, Estados Unidos e Suíça, retornando ao Brasil somente em 1979.

Sendo assim, é possível perceber certo caráter elitista no objetivo de transformar o ensino secundário em profissionalizante, oferecendo uma forma de incentivo condicional aos alunos de classes mais baixas à essa escolha, contendo as suas aspirações ao ensino superior, que nessa visão deveria continuar sendo exclusividade ou privilégio das elites. Essas medidas, na prática, significaram limitar as vagas nas universidades apenas a alguns setores da sociedade, excluindo, logicamente, os mais pobres e, dessa forma, resolvendo o problema dos excedentes, aprovados no vestibular que não efetivavam a matrícula por falta de vagas.

Da mesma forma, a estruturação das instituições de ensino acabou por privilegiar grandes estabelecimentos de educação, naturalmente ligados aos grupos que controlavam o poder do Estado, como os grandes conglomerados educacionais e as escolas particulares, valorizadas conforme também aponta Romanelli,

[...] o princípio da competição, já bastante avançado em nossa atual conjuntura, finalmente operará como fator de destruição da pequena empresa escolar, salvando-se apenas as escolas particulares que reunirem as condições financeiras para tanto ou tiverem condições para se agruparem em novos conglomerados escolares... cujo objetivo é a maior produtividade do sistema. (ROMANELLI, 2001, p 247-248).

Sendo assim, se pode apontar que as reformas educacionais da Ditadura Militar, progressivamente retiraram os direitos sociais, e em uma parcela considerável de alguns setores, a chance de alguns ascenderem socialmente ficou distante, o que permite a análise de que, dentro de um contexto político nacionalmente marcado pela repressão e pelo autoritarismo e internacionalmente pelo fortalecimento dos interesses burgueses e empresariais, pouco se contribuiu para que houvesse o desenvolvimento de um ensino e aprendizagem de qualidade, que pudesse desenvolver no aluno a plena consciência de si mesmo, e do mundo, no sentido de despertar a consciência de que, a educação integral é fundamental, para que os estudantes dominem os conhecimentos de que necessitam, para crescerem como cidadãos reconhecidos de seu papel na sociedade.

4 – Educação sem conscientização

Dentro dessa perspectiva, as reformas educacionais implantadas no Regime Militar se alinhavam ao perfil liberal no ponto de vista econômico e autoritário no ponto de vista político. As políticas educacionais implantadas sobretudo a partir Lei 5.692/71, aliadas à censura e à violência estatal, apresentavam interesse de influenciar no processo de formação educacional, construindo a justificativa de que privilegiava as políticas econômicas adotadas pelo regime, em favor das elites empresariais nacionais e estrangeiras.

A necessidade de mão de obra qualificada foi o argumento do governo de Emílio Médici ao conceber a reforma do ensino. No período, o país vivia o chamado milagre econômico, com industrialização acelerada e expectativa de crescimento. Com isso, o 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização, onde em curto e médio prazo, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam se adaptar as propostas, tendo que escolher os cursos que ofereceriam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório ou de enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. O aluno receberia ao fim do 2º grau um certificado de habilitação profissional. (ROMANELLI, 2001)

A própria propositura e aprovação da Lei se deu de maneira autoritária, apresentando o caráter do governo e suas intenções de submeter o sistema educacional aos seus interesses ideológicos. Em 1970, o governo nomeou nove especialistas para elaborar a reforma. O anteprojeto ficou pronto em dois meses e em junho de 1971, chegou ao Congresso. A aprovação no Congresso foi rápida, sem espaço para debate nem dentro nem fora do Parlamento (NOVAES, 2010)

O Projeto de Lei chegou ao Congresso em regime de urgência. Em 40 dias, foi analisado por uma comissão mista, composta por 18 parlamentares da Arena, o partido do governo, e apenas 4 do MDB, o partido da oposição, sendo encaminhado para votação em sessão conjunta do Senado e da Câmara, onde a discussão ocorreu em um único dia, em julho de 1971. (GHIRALDELLI, 2001)

O fato de a proposta implantar a ideia de profissionalização universal e compulsória em um momento que o Brasil tinha o objetivo de participar da economia internacional delegou ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para absorção pelo mercado de trabalho.

A Reforma do ensino de 1º e 2º graus direcionou suas determinações a contenção do movimento operário e a institucionalização da formação profissionalizante necessária ao incremento da produção ambicionada pela burguesia industrial e ancorada na qualificação mínima dos trabalhadores industriais. (NOVAES, 2010, p. 27).

Sendo assim, a educação voltada aos trabalhadores objetivava a formação de mão-de-obra para ocupar inúmeros postos de trabalho, portanto, condição necessária ao atendimento do mercado a formação de um exército de reserva com um mínimo de formação profissional. Neste contexto, a educação estava mais a serviço do ideário político-militar do que o de responder a contento as demandas do mercado.

Tendo a partir de então um claro aspecto político, de repressão a manifestações e à livre expressão, a educação estava voltada para a formação de uma sociedade em que prevaleciam os interesses de grupos políticos e econômicos hegemônicos. Medidas de cunho repressivo visavam conter a sobrevalorizada subversão e neutralizar os movimentos estudantis, no momento em que a educação era entendida pelos militares como importante arma de transmissão ideológica, pautada nas premissas da Segurança Nacional, redirecionando o sistema educacional, renovando e restaurando o controle pela Lei.

A formação geral, antes oferecida por meio do secundário – que podia ser clássico ou científico – perderia espaço, assim como disciplinas da área de humanas, consideradas subversivas dentro do contexto de repressão do Regime, o que tinha como efeito objetivo o cerceamento da formação de consciência do aluno.

O ensino pautado em perspectivas de formação para o trabalho, potencializando a economia do país, não apresentava nenhuma linha de formação crítica. Aos alunos caberia realizar atividades voltadas à formação para a atuação, e não de desenvolvimento das habilidades individuais mais amplas e diversificadas, formando assim uma grande massa manipulada pelas ordens políticas e econômicas. (FURLAN, 2012, p. 2)

Os livros escolares são convertidos em instrumentos ideológicos, massificando a forma de pensamento das gerações estudantis. Da mesma forma, a supressão das disciplinas de humanas em matérias genéricas – como Educação Moral e Cívica, por exemplo – faz com que o processo de ensino resulte em uma formação educacional praticamente sem informação, mascarando sua realidade e vivendo sob as regras impostas, além de estarem sujeitos à ênfase no patriotismo.

Nesse período, tendo em grande parte nas escolas a base desses programas, a exaltação à bandeira nacional, elevava a condição da nação e seu povo, o canto do Hino Nacional reforça o ufanismo difuso e antirracional, entre outros exemplos. Como forma de propaganda, paradas e desfiles militares enalteciam o regime e criavam uma imagem de admiração e, conseqüentemente, legitimidade do governo e seus comandantes militares. (FURLAN, 2012)

Em relação a essa estratégia, a própria legislação estabelece orientações para que a tecnoburocracia já citada seja engessada a ponto de impedir qualquer tipo de atuação autônoma ou libertadora de professores ou outros influenciadores de opinião no processo escolar. Como enfatiza que “a liberdade de comunicação de conhecimentos no exercício do magistério, ressalvado o disposto no artigo 154” da Constituição Federal de 1967, do qual trata do:

[...] abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos, a qual será declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador Geral da República, sem prejuízo da ação cível ou penal que couber, assegurada ao paciente ampla defesa.

Sendo assim, se valendo de justificativas louváveis e que, ao menos no discurso, as propostas atendiam os anseios tanto de profissionais e especialistas, quanto da própria opinião pública e do senso comum, como aponta Furlan,

[...] o que tange a educação, as ideias de uma educação promissora, obrigatória e gratuita se tornaram impraticáveis em curto prazo, dada a ênfase nas medidas anunciadas. Almejando, segundo o governo, minimizar a taxa do analfabetismo até final de 1974. (FURLAN, 2012, p. 4).

Ou seja, de forma mascarada, com tais propostas, o governo conseguiu aumentar a confiança de parte da população e uma aparente normalidade democrática, passando ainda uma imagem de legitimidade. Ao contrário, a realidade educacional passa então a adotar forma extrema, durante o período, em sua pedagogia oficial, a liberal tecnicista, considerando o homem um produto do meio e, sendo assim, resultado das forças existentes em seu ambiente.

De todas as maneiras, teóricas e práticas, o regime buscou alienar não só a formação educacional e a aprendizagem, mas todos os atores envolvidos no processo de ensino, com o objetivo de cercear, limitar e impedir toda a forma de desenvolvimento de uma consciência de si dos alunos, assim como qualquer

iniciativa de cunho social ou político e movimentos de organização do sistema de Educação que desagradassem o governo e seus interesses.

O impacto desse sistema de alienação se dá em todas as gerações atingidas por essa regulamentação educacional.

Ainda destaca-se, o imperativo de ampliar o já instituído debate crítico que contraria o processo histórico de ressignificação das teorias educacionais reacionárias incorporadas durante o regime militar no Brasil. Apresentando como contraponto essencial o conhecimento histórico de sua origem e intuito, qual seja, a restrição dos movimentos reivindicatórios e a maximização dos interesses do capital nacional associado. (NOVAES, 2010, p. 27)

Sendo assim, o desenvolvimento de qualquer forma de pensamento crítico era impedido de ser exercido dentro das escolas, conseqüentemente também impossibilidade de ser desenvolvido no processo de aprendizagem. As conseqüências dessa alienação no ensino é uma formação incompleta do aluno, que não tem sua criticidade incentivada nos anos escolares e, portanto, tem um prejuízo em sua aprendizagem, onde não desenvolve capacidades de questionamento e consciência, não só por aspecto políticos, mas dentro das mais variadas formas de compreensão social e cultural.

Gerações afetadas pelas reformas acabaram por ser segregadas do convívio social a medida que eram cerceadas em suas formas de expressão.

Para o jovem com mentalidade crítica que vivia no início dos anos 1970 restavam três opções: a resistência democrática em pequenas ações no cotidiano; a clandestinidade da guerrilha ou o chamado desbunde e a busca de uma vida "fora" da sociedade estabelecida. A cultura e as artes direcionadas à juventude refletiam e configuravam as três opções. Havia também uma cultura mais voltada para o "lazer" da juventude que não pode ser desconsiderada, e que na época era tida como alienada pelos jovens mais críticos. (NAPOLITANO, 2008, p. 84).

Também a segregação social foi consequência das regulamentações adotadas durante o período militar, condicionando classes inferiores a uma educação inferior em conteúdo, em relação às escolas particulares das quais não tinham acesso, que limitava suas aspirações quanto ao ingresso ao ensino superior, que como já visto sofria com a falta de vagas. A formação profissionalizante compulsória, dessa maneira, contribuía para que alunos egressos das camadas mais baixas da sociedade fossem designados, portanto, a oferta de mão de obra, barata e pouco qualificada intelectualmente.

Dentro do contexto histórico nacional, a economia era próspera, mas os salários não acompanhavam o mesmo ritmo crescente. Enquanto isso, a educação formava alunos sem o conhecimento necessário à formação esperada. Não era preciso formação para atender a demanda do país desenvolvimentista. As indústrias eram supridas com mão de obra barata e sem qualificação profissional.

[...] a Lei nº 5692/71 acabou por expressar as estratégias em prol de uma ideologia desenvolvimentista com acento privatizante na educação e compulsoriamente profissionalizante, ou seja, a Lei 5.692/71 tinha uma dupla função de utilitarista porque tinha em vista a inserção imediata do estudante no mercado e a outra discriminadora porque a "igualdade de oportunidades" via escola não garantia a ascensão social. (XAVIER, apud NOVAES, 2010, p.8)

As próprias condições políticas e econômicas implantada pelo Regime, portanto foram responsáveis pela promoção de um processo de aprendizagem alienante. Visando atender suas necessidades e interesses imediatos, reverteram toda a estrutura de ensino em ferramenta de profissionalização e alienação, ações alinhadas a seu próprio perfil ideológico, ou como aponta Kuenzer:

[...] a contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior, que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 60; [...] a despolitização do ensino secundário, por meio de um currículo tecnicista; [...] a preparação de força de trabalho qualificado para atender às demandas do desenvolvimento econômico que se anunciava com o crescimento obtido no 'tempo do milagre', o qual pretensamente anunciava o acesso do Brasil ao bloco do 1º mundo; [...] essas demandas eram marcadas pelo surgimento de empresas de grande e médio porte, com organização taylorista/fordista, produção em massa de produtos homogêneos, grandes plantas industriais, economia de escala, utilização de tecnologia intensiva de capital com base rígida, eletromecânica. (KUENZER, 1997, p.17)

A partir dessa concepção, é possível afirmar que as finalidades e objetivos do Ensino nesse período se resumem no compromisso de engrossar camadas profissionais técnicas para o atendimento às indústrias sem nenhum comprometimento em educar o jovem para participar política e produtivamente do mundo das relações sociais concretas com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e da autonomia moral.

5- Conclusão

O cenário apresentado com essa perspectiva é de que a política da educação brasileira, durante a vigência da ditadura militar, foi marcada pela implantação de uma legislação que visava atender os interesses do Regime e de seus grupos de apoio, tendo assim as mesmas características do pacto político autoritário que tomou o poder em 1964, formando assim uma tecnoburocracia que atendia diretamente seus interesses autoritários, do ponto de vista político, e liberais, do ponto de vista econômico.

A Lei de N° 5.692, de 1971, que tratou de significativas mudanças em todas as esferas do processo educacional, em todas as etapas de ensino e em toda a regulamentação de ensino e aprendizagem, atuação e capacitação profissional e formas de financiamento e gestão se deu como a principal ferramenta dessa reforma.

Entendidas como propostas reformistas, a nova regulamentação torna o processo educacional uma ferramenta para a formação social de interesse do Regime em seu caráter moral, ético, cultural e, conseqüentemente, político e ideológico, sempre visando fortalecer as propostas antidemocráticas do Regime.

Essas mudanças em todo o sistema educacional, desde regulamentação dos conteúdos ensinados até seu financiamento, buscar promover uma educação profissionalizante e com alunos alienados, favorecendo, por exemplo, a elite econômica, por privilegiar grandes estabelecimentos de educação como os grandes conglomerados educacionais e as escolas particulares. Da mesma maneira, se percebe objetivo de transformar o ensino secundário em profissionalizante, atendendo os interesses desses mesmos grupos, representados pelos industriais em busca de mão de obra profissionalizada.

Ao contrário do que era proposto pelas políticas adotadas na época em relação à Educação no Brasil, que buscava perspectivas positivas para obter uma melhor qualidade de ensino, no regime militar, houve a privatização do ensino, a exclusão do ensino elementar de boa qualidade à parcela mais pobre da sociedade, enfim, uma série de atitudes foram tomadas para solapar a educação e impedir mudanças sociais.

Algumas das conseqüências disso foi a fragmentação do trabalho escolar, o isolamento dos pesquisadores, a despolitização dos alunos e a impossibilidade de organização estudantil a partir do núcleo básico

A reforma de forma geral aplicada os interesses da classe dirigente, tendo como eixo central três aspectos sociais como de interesse especial e contemplados como de preocupação principal do Regime em controlar a formação de novas gerações de brasileiros: a formação de profissionais que atendessem às necessidades urgentes do país quanto à mão-de-obra barata, alienada e especializada para um mercado em expansão; a formação do cidadão tendo como base o desenvolvimento de uma consciência de patriotismo e empenho à nação, sem qualquer preocupação em formação crítica e racional; o estabelecimento da relação entre escola e a sociedade, através da criação de conselhos, que envolviam além de profissionais e familiares, empresários, que transmitiam diretamente a base de organização escolar seus interesses.

Sendo assim, se pode apontar que as reformas educacionais da Ditadura Militar, progressivamente retiraram os direitos sociais, e em uma parcela considerável de alguns setores, a chance de alguns ascenderem socialmente ficou distante. Tendo a partir de então um claro aspecto político, de repressão a manifestações e à livre expressão, a educação estava voltada para a formação de uma sociedade em que prevaleciam os interesses de grupos políticos e econômicos hegemônicos.

De todas as maneiras, teóricas e práticas, o regime buscou alienar não só a formação educacional e a aprendizagem, mas todos os atores envolvidos no processo de ensino, com o objetivo de cercear, limitar e impedir toda a forma de desenvolvimento de uma consciência de si dos alunos, assim como qualquer iniciativa de cunho social ou político.

6- Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei ° 4024/61** de 20 de Dezembro de 1961: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei ° 5540/68** de 28 de Novembro de 1968: Lei Normas de Organização e Funcionamento de Ensino Superior em Articulação com a Escola Média. Brasília, 1968.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei ° 5692/71** de 11 de Agosto de 1971: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1971.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil 1930-1973**. 40^a. Ed. Petrópolis, Vozes, 2001.
- FURLAN, Elisângela. **Educação na década de 1970: Formação sem Informação**. 2015. 138 f. Monografia (Mestrado em Educação) – UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel – 2012.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr. **Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação**, Versão previa, 2001.
- KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.
- NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- NOVAES, Marilda Aparecida. **Educação Profissional e Ensino Médio: Separação Versus Integração**. 2010. 52 f Monografia (Conclusão de Curso em Pedagogia) – UEL - Universidade Estadual de Londrina, Londrina – 2010.